

ELEMENTOS FEUDAIS NO NORDESTE DO BRASIL

MANUEL BOSCO DE ALMEIDA

INTRODUÇÃO

O conhecimento da estrutura econômica, social e política de Portugal, no período do descobrimento e colonização do Brasil, constituiu-se em importante passo para a interpretação e entendimento dos problemas atualmente encontrados no Nordeste.

A modalidade de colonização daquela região, a qual foi condicionada pelos objetivos e grau de desenvolvimento de Portugal, tem demonstrado uma notável evidência de continuidade ao longo da história nacional. Segundo Stein & Stein:

“Ela condicionou a sociedade, economia e política colonial, e mais especificamente o curso da história Latino-Americana aos tempos modernos.” (1)

O principal objetivo deste trabalho é evidenciar esse condicionamento no caso do Nordeste brasileiro.

CARACTERÍSTICAS FEUDAIS NA SOCIEDADE PORTUGUESA: UMA VISÃO GERAL

a) *Período compreendido entre 1140 e 1385*

No século XII, Portugal, que até os anos 1140 era um simples Condado — Condado Portugalense — situado ao Norte do Tejo, tornou-se

(1) Stanley J. Stein and Barbara H. Stein, *The Colonial Heritage of Latin America: Essays on Economic dependence in Perspective*. (New York: Oxford University Press, 1970) p. 4.

um país autônomo. No entanto somente após a expulsão dos muçulmanos, no século XIII (1249), é que foi definido o mapa atual de Portugal. (2)

A Guerra de reconquista auxiliou o fortalecimento do poder Central da Coroa e ao mesmo tempo o enfraquecimento dos focos de poder local no País. Esta formação prematura de uma Monarquia Nacional em Portugal no século XIII tem levado alguns historiadores a afirmar que o sistema feudal não chegou a se desenvolver plenamente em Portugal. F. Mauro, por exemplo, embora admitindo que o País ainda estava em mãos dos Cavalheiros, afirma que: "... ao contrário dos seus contemporâneos do Continente ele (Portugal) não conheceu em verdade o regime feudal". (3)

Marques de Oliveira discorda desse ponto de vista. Para ele, o feudalismo não pode ser interpretado somente em relação ao sistema judicial ou político que tomou formas definidas com o Império Carolíngio francês. Esse, afirma Marques de Oliveira, é um "sentido pouco amplo" (*narrow sense*) de se interpretarem as estruturas feudais. Um sentido mais amplo de interpretação e análise pode ser desenvolvido ao se identificar feudalismo.

"... como surgindo essencialmente da estrutura econômica e social de Roma e tornando-se uma consequência lógica onde quer que o Império Romano tenha existido ou estendido sua influência no Ocidente". (4) Portanto para ele o regime feudal de fato existiu em Portugal

A Guerra de reconquista enfraqueceu em realidade alguns dos aspectos do sistema feudal, mas não só. Este paradoxo pode ser prontamente explicado pela natureza da própria guerra (de reconquista). O conflito não somente auxiliou a formação da Monarquia Nacional, mas também auxiliou os servos a deixarem seus Senhores voluntariamente. Eles se locomoveram para as cidades e dedicaram-se a atividades artesanais. Por outro lado, a aristocracia rural foi fortalecida. Além das cidades e vilas que o Rei assegurou para si, às quais ele poderia impor formas de impostos e taxas a terra conquistada aos muçulmanos foi distribuída entre os senhores feudais e a Igreja, aumentando dessa maneira o poder econômico e político dos mesmos.

Portugal, naquele tempo, era basicamente uma Monarquia agrária (o próprio Rei era o principal Senhor da terra) e a principal atividade econômica era a produção agrícola "... apoiada sobre a senhoria rural e sobre uma economia semifechada que ela pressupunha

(2) Os Muçulmanos vieram para a região ibérica no século oitavo e dominaram a região sul de Portugal.

(3) Frederic Mauro, *Le Portugal et L'Atlantique au XVII Siècle-1570-1670* : (Paris: Ecole Pratique des Hautes Études, 1960), p. 5

(4) A. H. Marques de Oliveira, *History of Portugal*. Vol. I: (New York: Columbia University Press, 1972), p. 35.

e ainda sobre uma ausência quase que total da circulação monetária". (5)

Se esse fato é levado em consideração, pode-se então afirmar que os senhores da terra tiveram seu poder fortalecido ao invés de diminuído.

Além do mais, as características feudais do sistema de propriedade de terra pode ser ilustrado pelo existente sistema de "concessões". Através dele, muitos proprietários de terra cediam parte das suas terras aos foreiros para que fossem cultivadas. Os foreiros deveriam dar em retribuição ao proprietário da terra parte da sua produção e alguns dias de serviço na propriedade senhorial.

Pela metade do século XIV, Portugal estava atravessando uma séria crise econômica e social. Os preços dos bens estavam subindo, a produção de alimentos diminuída e as pessoas desempregadas nas cidades mostravam sinais de grande descontentamento (de que são provas os tumultos ocorridos em Lisboa em 1371). A emigração da população das zonas rurais para os centros urbanos (Lisboa, Porto etc.) e a substituição da produção de cereais por produtos de exportação (vinho e óleo de oliva) geraram uma escassez permanente de alimentos no País. Medidas, como *land reclamation* e as Leis das Sesmarias (1375), foram tomadas, forçando os senhores de terra a cultivarem seus campos e, dessa maneira, aumentarem a produção de cereais. Mas essas medidas tiveram pouco efeito, e a escassez de alimentos continuou ao longo do século XV. A importação de trigo da Inglaterra e da parte setentrional da França tornou-se uma permanente necessidade e uma característica do comércio exterior de Portugal. Escassez de alimentos, inflação, inquietação social, e um crescente antagonismo entre o grupo de mercadores e a aristocracia rural foram fatores básicos que conduziram a revolução liderada pelo Mestre de Avis nos anos de 1383-85. (6)

b) O período de 1385 a 1500

A revolução do Mestre de Avis foi considerada por alguns autores como uma revolução burguesa. No entanto, considerá-la como tal é realmente um exagero, além de representar uma confusão entre a formação de uma monarquia central e um estado moderno, a primeira pode ser considerada, em geral, como uma consequência do contínuo declínio do sistema feudal; o segundo, como o crescimento do poder político e econômico da classe burguesa.

(5) Frederic Mauro, *Le Portugal et L'Atlantique*: op. cit., p. 5

(6) A formação de um importante grupo mercador em Portugal foi consequência do papel desempenhado por Portugal como intermediário entre as partes setentrional e meridional da Europa e o Norte da África. O fato propiciou a Portugal uma posição importante no comércio do Mediterrâneo.

Como foi observado anteriormente, havia um grupo de mercadores em Portugal, mas não uma classe burguesa uma vez que as relações capitalistas de produção não tinham ainda se desenvolvido. (7) Portanto, se em Portugal não existia uma classe burguesa, àquela época, não se pode falar de uma revolução burguesa no período considerado.

É bem verdade que essa revolução introduziu algumas reformas nos níveis político e administrativo. Mas, em relação a reformas econômicas e sociais (mudanças estruturais), pouco se fez. Terras foram tomadas da aristocracia rural aliada a Castilha e transferidas aos nobres e mercadores que acompanharam o Mestre de Avis (João I-1385-1433). (8)

No entanto, a mudança de proprietários não implicou nem na divisão das propriedades rurais, nem na mudança das relações de produção existentes no setor agrícola. Portanto, o que ocorreu foi somente a substituição de uma aristocracia rural por outra, ávida de poder, mas incapaz de buscar novos rumos em direção do progresso. Interesses seus se conflitavam com os da Coroa num *crescendum* contínuo até o período de 1481-95, quando João II foi vitorioso numa batalha contra os senhores feudais. A jurisdição feudal e subsídios governamentais àqueles senhores foram reduzidos ou abolidos. (9) Alguns autores identificam esse período como correspondente à consolidação da monarquia absoluta em Portugal.

Sob João II, a restante aristocracia rural tornou-se bastante dependente das concessões e subsídios reais, e foi encorajada a se mudar de suas propriedades para Lisboa, onde uma nova nobreza da Corte se formou. Dessa nobreza, foram escolhidos os homens para o exército, navegação e colonização. Portanto, Portugal, embora com o seu poder real aumentando, permaneceu um país agrícola e socialmente estratificado.

No século XV, Portugal lançou-se na grande empresa das navegações. Novas terras foram descobertas e novos territórios incorporados. Um comércio altamente rentável de produtos acabados de alto valor unitário produzidos nas novas terras floresceu. Com ele, a aristocracia

(7) Na realidade, àquele tempo, as relações capitalistas de produção não estavam ainda desenvolvidas em nenhum lugar.

(8) A guerra de 1383-85, além das suas causas econômicas e sociais, foi dirigida contra João I, de Castilha, pretendente do trono Português. A aristocracia rural tomou posição em favor de Castilha num esforço de preservar seus próprios interesses e poder.

(9) O Senhor feudal de maior poder, o Duque de Bragança, perdeu suas propriedades e títulos assim como muitos outros nobres. No entanto, no período de 1495-1521 seus títulos e terras foram restituídos por Manoel I. Este fato serve para demonstrar não somente a existência mas também o poder de uma classe feudal em Portugal.

portuguesa e o grupo de mercadores tornaram-se mais ricos. Todos os esforços e talentos e uma grande parte da força de trabalho foram dirigidos para a empresa de navegação e comércio de ultramar. A produção agrícola no País tornou-se mais precária; a industrialização não foi incentivada. Portugal se satisfez com o seu papel de intermediário comercial na Europa.

O sucesso da empresa de navegação pode ser considerado como prejudicial ao desenvolvimento da economia portuguesa. O sucesso comercial, em vez de exercer pressões sobre o sistema econômico e social, o aliviou.

Nenhuma mudança no sistema econômico e social era necessária.

A DESCOBERTA DO BRASIL E O COMEÇO DA COLONIZAÇÃO — 1500-1550

No dia 22 de abril de 1500, Cabral e sua frota aportavam no litoral brasileiro. Por um período de trinta anos a descoberta da nova terra não preocupou muito à Coroa Portuguesa. Não existiam grandes incentivos para a colonização da nova terra. Minas de ouro e prata não foram descobertas como haviam sido no México e Peru, no Império espanhol. Em vez de ouro e prata foi encontrado o pau-brasil. Sua exploração e comercialização constituem-se para Portugal na primeira forma de uma atividade econômica rentável na Colônia.

No entanto, o sucesso da Espanha na descoberta de ouro e prata em suas colônias estava a chamar a atenção e a excitar a imaginação e ambição de outras nações européias. O Brasil começou a ser olhado com algum interesse por outras nações, especialmente pela França e Holanda.

Portanto, a possessão da Colônia e o monopólio do comércio do pau-brasil pela Coroa Portuguesa estavam sob ameaça (10). Esse fato forçou Portugal a se decidir pela defesa da Colônia. Mas o pequeno tamanho da população portuguesa — aproximadamente 1,5 milhão de pessoas em 1527 — e a não disponibilidade de capital (o qual estava quase totalmente comprometido com o comércio marítimo) para investimentos de baixa produtividade na Colônia se constituiu em grande problema para a Coroa Portuguesa. Um sistema de simples defesa militar provou ser uma tarefa impossível e não lucrativa. Então, um sistema de colonização que havia sido demonstrado exequível nas ilhas do Atlântico — Madeira e Açores — foi adotado. Assim fazendo, Portugal não somente defendeu a Colônia como a colonizou a um baixo custo para o País.

(10) Do pau-brasil se extraía uma tinta que era demandada na época pelos produtores de lá nos Países Baixos e Inglaterra.

Seguindo esta orientação, em 1534 a nova Colônia foi dividida em 12 capitânicas hereditárias. Cada capitania foi concedida a um donatário, o qual, segundo De Oliveira "... pertencia à aristocracia, embora nenhum pudesse ser considerado nobre de primeira classe". (11)

No entanto, poucos donatários foram sucedidos no empreendimento de colonizar suas capitânicas. A extensão territorial, falta de capital, o pequeno número de colonizadores e, em alguns casos, o absentismo do próprio donatário, decidiram a sorte de muitas das capitânicas. Em um sentido amplo, somente as capitânicas de Pernambuco (Nordeste) e São Vicente (Sul) prosperaram.

Os donatários, além de terem o direito sobre 15 léguas de terras, tinham também o poder de conceder parte de suas capitânicas para qualquer pessoa que desejasse possuir e cultivar a terra. Este tipo de concessão foi chamado de Sesmaria. Em 1549, com a instituição de um Governador Geral na Colônia, os donatários perderam seu poder legal de conceder Sesmarias. Este poder foi transferido aos governos locais.

Características Feudais no Brasil

Se a colonização do território brasileiro no século XVI teve ou não características feudais é ainda uma questão em aberto entre os historiadores. Para Prado Jr., J. de Castro, Sodré, De Oliveira, de Silva e outros, a instituição do sistema de capitânicas hereditárias no Brasil teve definidas características feudais, (12) embora, para alguns deles, as características feudais se definiram apenas em alguns aspectos legais e que regeram a concessão das capitânicas aos donatários. Façamos uso da análise do prof. Marchant sobre os argumentos do prof. De Silva, em relação a aspectos legais do sistema de capitânicas hereditárias.

"... ele (De Silva) considera a concessão do Brasil aos donatários em contrapartida pela sua obrigação de defendê-lo como um ato jurídico análogo em alguns aspectos ao da concessão de um feudo pelo suserano, em troca de sua defesa pelo vassalo. Além do mais, a concessão de terra em 5 sesmarias (predeterminadas extensões de terra, sujeitas a certas obrigações) pelos donatários aos colonizadores,

(11) A. H. Marques de Oliveira, *op. cit.*, p. 255.

(12) Chama-se a atenção para o fato de que Prado Jr. pertence à escola "feudalista" somente no que diz respeito ao aspecto legal do sistema de capitânicas hereditárias. Para ele a introdução na colônia de um Governador Geral destruiu o sistema feudal no nascedouro, desde que o poder legal do donatário para conceder terras foi eliminado. Para uma mais detalhada discussão deste ponto, veja: Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*: (São Paulo, Editora Brasiliense, 1963).

e subconcessão dessas sesmarias a outros colonizadores sugerem uma analogia com as subdivisões dos feudos da França feudal". (13)

Outros aspectos feudais podem ser ilustrados pelo poder dos donatários sobre a vida das pessoas e sobre pendências litigiosas que não ultrapassassem um determinado valor monetário. Eles podiam também impor taxas e conceder licenças para algumas formas de atividade econômica em suas capitânicas. Por outro lado, o sesmeiro era obrigado a pagar um décimo da sua produção total aos donatários. As obrigações dos donatários para com a Coroa envolviam prestações de serviços militares especialmente em caso de guerra, e o pagamento de um quinto sobre os metais que os mesmos encontrassem. De um modo geral, esses eram os principais aspectos legais do sistema de capitânicas os quais servem de fundamentação para interpretação "feudal" da colonização brasileira.

Parece-me que aqueles aspectos são por demais evidentes para serem relegados a um segundo plano. No entanto, R. Simonsen e Furtado discordam desse ponto de vista. R. Simonsen começa por rejeitar a tese de um Portugal feudal aos fins dos século XV (14) Para ele, o Rei Manuel I (1495-1521) não era um mercador mas sim um autêntico capitalista, e por conseguinte o era a empresa de navegação. Por extensão, a colonização brasileira constitui-se basicamente em uma forma de atividade econômica em moldes capitalistas.

Este ponto de vista não parece ser correto desde que, como já anteriormente mencionado, Portugal, àquela época, não havia ainda desenvolvido as relações capitalistas de produção. Sua tese parece ser derivada de uma certa confusão entre capital mercantil e capital industrial. (15) Se esta distinção é levada em consideração a tese de R. Simonsen deixa de ter validade. Por outro lado, C. Furtado rejeita o enfoque "feudal" e parece sugerir a existência de uma estrutura capitalista na usina de açúcar. Sua argumentação baseia-se em dois aspectos econômicos prevaletentes na usina de açúcar: um grau acentuado de especialização e sua dependência do mercado externo. Para C. Furtado:

"... a unidade escravista,, pode ser apresentada como um caso extremo de especialização econômica. Ao

(13) Alexander Marchant. "Feudal and Capitalistic Elements in the Portuguese Settlement of Brazil", in *Readings in Latin American History*, ed. Lewis Hanka, vol. I: to 1810 (New York: Thomas Y Crowell Company, 1966) p. 322.

(14) Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil*. Ele considera a revolução liderada pelo Mestre de Avis como uma revolução burguesa interpretação de que já se discordou anteriormente. Suas idéias foram tiradas de citações e comentários feitos por outros autores brasileiros.

(15) Sobre este ponto, consultar Karl Marx, *Capital*: 4th edition, Vol. III, Ch XX (New York: International Publishers, 1972).

inverso da unidade feudal, ela vive totalmente voltada para o mercado externo". (16)

É verdade que a economia açucareira era dependente do mercado externo e que representava também um caso extremo de especialização desde que a mesma se baseava num sistema extensivo de monocultura. Mas nenhum desses aspectos é suficiente para caracterizar determinada forma de atividade econômica como um modo capitalista de produção. Em primeiro lugar, casos extremos de especialização não podem ser um fator tão importante. A França, no século XVI, era especializada na produção de bens de luxo. Da mesma maneira o eram a Índia e outros países. Mas seria um engano classificá-los como economias capitalistas. Em segundo lugar, mesmo que na economia escravista houvesse investimento de capital, não existia na mesma um mercado livre de trabalho, mas sim um sistema escravocrata. Portanto, parece ser evidente que o sistema de colonização usado no Brasil, mais especificamente no Nordeste, não pode ser considerado como forma de exploração econômica baseada em moldes capitalistas.

No entanto, é também difícil de classificá-lo como um sistema tipicamente feudal. Na realidade, os autores citados e outros se referem usualmente a "características feudais" e não especificamente a um sistema feudal. Qual é a significância deste debate? A resposta pode ser aquela proposição apresentada por Josué de Castro:

"... não se trata de um debate meramente acadêmico e desligado de qualquer sentido prático. Nele estão envolvidas questões de enorme significação para o desenvolvimento econômico e social do país A simples eliminação em nossa história da essência feudal do sistema latifundiário brasileiro e a conseqüente suposição de que iniciamos nossa vida econômica sob o signo da formação social capitalista significa, nada mais nada menos, do que considerar como supérflua qualquer mudança ou reforma profunda de nossa estrutura agrária". (17)

Portanto, por trás dos aspectos teóricos e históricos da questão, um problema econômico e social de muita importância está envolvido. Investimento de capital, facilidades de créditos, assistência técnica ao setor agrícola no Nordeste brasileiro resolverão o problema econô-

(16) Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, 9.ª edição (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969), p. 56.

(17) Josué de Castro *Sete Palmos de Terra e um Calção*, 2.ª edição (São Paulo, Editora Brasiliense, 1967) p. 116.

mico e social da região, sem nenhuma necessidade de modificação na estrutura agrária existente? Para J. de Castro, N. W. Sodré (18) e outros a resposta é: Não. Mas para C. Furtado, Prado Jr. e outros a resposta é: Sim. As razões para uma resposta negativa à questão serão discutidas posteriormente, e para a resposta afirmativa, pelo menos as razões aduzidas por Prado Jr., não nos parecem convincentes. Prado Jr. argumenta que o camponês não deseja a propriedade da terra, ele apenas deseja um melhor padrão de vida. (19) Implicita nesse argumento está a suposição de que uma mudança na estrutura de propriedade da terra não é necessária no Nordeste brasileiro.

A HERANÇA COLONIAL DO NORDESTE

A herança colonial do Nordeste é melhor vista no contexto de uma definição específica do termo "feudalismo", que foi proposta por Marchant, ou seja "... um sistema de classe no qual os proprietários de terra detêm poder político". (20) De acordo com essa definição interpretamos que a "detenção" de poder político está associada ao poder econômico e nele se baseia. No Nordeste, pelo menos até os anos de 1950, a principal fonte do poder econômico baseava-se na propriedade das usinas de açúcar e da terra, ambas em mãos dos grandes proprietários de terra. Em consequência, o poder econômico e político daqueles grupos, ao longo de todo aquele período, é uma das mais importantes heranças legadas à região pelo período colonial.

Para se analisar a formação dessa aristocracia rural, consideremos mais uma vez a instituição do sistema de capitanias e sesmarias na Colônia. Como foi observado anteriormente, qualquer pessoa poderia conseguir a posse de uma sesmaria desde que a mesma se demonstrasse capaz de fazer-lhe a demarcação e de cultivá-la num período de 3 anos após a data da concessão. Se um dado colono não preenchesse estas condições no prazo estipulado, tinha então suas terras devolvidas ao Governo local.

No entanto, estes colonos não tinham de um modo geral capital suficiente para investir, seja na terra seja na compra de escravos. Além da falta de capital, os ataques dos índios tornavam-se mais perigosos à medida que as sesmarias se localizassem mais distantes da costa. (21) Outro problema não menos sério para esses colonos era a

(18) Nelson Werneck Sodré, *Formação Histórica do Brasil*, (São Paulo, Editora Brasiliense, 1964).

(19) Para uma exposição mais completa desta tese veja: Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1966).

(20) A. Marchant, *op. cit.*, p. 323.

(21) As melhores terras estavam em mãos dos donatários e outros nobres portugueses. Usualmente estas se localizavam próximas à costa. Portanto, fertilidade do solo e custo de transporte eram outros fatores negativos aos pequenos colonos.

inexistência de uma demanda por seus produtos, uma vez que a usina era quase auto-suficiente na produção de alimentos. O fato se agravava ainda mais, dada a inexistência de um significativo fluxo interno de renda — o escravo é um “bem” e não um vendedor de “bens” ou serviços — daí o não desenvolvimento de um importante mercado interno na Colônia. A alternativa restante para os colonos seria produzir para o mercado externo. Mas, àquela época, a Europa era auto-suficiente na produção de alimentos. As nações européias demandavam produtos tropicais que elas não podiam produzir. Possuindo pouco capital, os colonos tinham poucas possibilidades de se dedicarem à produção de colheitas para exportação. Em conseqüência, muitos perderam suas sesmarias e aqueles que não chegaram a perdê-las, não puderam sobreviver como colonos independentes. De um modo geral, estes colonos tornaram-se dependentes ou uma simples extensão da usina de açúcar.

Os proprietários de usina, quem eram eles? Inicialmente os donatários e logo depois juntou-se a eles um grupo de pessoas pertencentes aos estrados mais baixos da nobreza de Portugal, constituídos de oficiais e servidores da Coroa. O objetivo desses colonizadores era fazer fortuna. O processo de destruição dos pequenos e independentes colonos por essa nascente aristocracia rural na Colônia é exposto com clareza por Manchester, do seguinte modo:

“... os mais poderosos senhores tomaram as terras dos índios que se encontrassem dentro dos limites de suas propriedades e utilizando-se de vários métodos despojaram o pequeno proprietário de suas possessões ... e, em conseqüência, formou-se uma classe de grandes proprietários rurais ao redor dos quais se agrupou um grande número de descendentes que trabalhavam na terra de um modo semelhante ao vassalo feudal. O pequeno proprietário rural resistiu às pressões dos grandes proprietários; mas auxiliados pelas “Câmaras” (conselhos municipais) eles aos poucos conseguiram submeter os pequenos proprietários”. (22)

Nota-se logo que a propriedade da terra tornou-se uma fonte de poder econômico e político no Nordeste desde o século XVI.

No entanto, os grandes proprietários de terra não poderiam ter desenvolvido seu poder econômico e político pela simples posse da terra. Eles teriam que cultivar a terra, o que fizeram com extremo

(22) Alan K. Manchester, “The Rise of the Brazilian Aristocracy” em *Readings in Latin American History*, op. cit., p. 311.

sucesso. Muitos fatores favoráveis contribuíram para a introdução e sucesso da cultura da cana-de-açúcar na Colônia. Em primeiro lugar, a fertilidade do solo chamado "massapê". Em segundo lugar, a experiência anterior dos portugueses no cultivo e refinação da cana-de-açúcar nas ilhas do Atlântico. Finalmente, os comerciantes holandeses, os quais não somente comercializavam o produto no mercado europeu como também financiavam a sua produção através de empréstimos para a construção dos engenhos de açúcar.

C. Furtado diz que em fins do século XVI, existiam na Colônia cerca de 120 usinas correspondendo a um investimento total de £ 1.800,00, além de investimento em escravos. (23)

A produção de açúcar era de 2 milhões de arrobas (aproximadamente 65 milhões de libras) por ano, com uma receita total de 2,5 milhões em um ano favorável. Deste total 60% podem ser considerados como renda líquida.

Considerando o pequeno tamanho da população de origem europeia na Colônia, ao redor de 30 000 pessoas, e o fato de que os pequenos proprietários contribuíam com apenas 5% da produção total de açúcar, torna-se fácil deduzir o padrão de concentração de renda e poder político em mãos da aristocracia rural. É verdade que depois da presença dos holandeses no Nordeste (1580-1640), o monopólio do comércio do açúcar foi destruído, desde que novas fontes de produção tornaram-se disponíveis. Entre 1668 e 1688, os preços caíram em 41% no mercado de Lisboa. (24). O resultado foi uma redução na produção e exportação de açúcar.

Então, ocorreu a corrida à procura do ouro (século XVIII), a qual, embora de vida curta desde que os depósitos de ouro provaram-se ricos apenas na superfície representou uma mudança temporária de importância na atividade econômica da região Nordeste para a região Sul e Central da Colônia. No entanto, pelo fim do século XVIII e começo do século XIX, o preço e a produção de açúcar voltaram a subir. O colapso da produção açucareira francesa no Haiti (1788) e as guerras napoleônicas na Europa foram as principais causas da melhoria nos preços e aumento da produção na Colônia. Mas esse aumento de preços foi apenas temporário. A produção de açúcar de beterraba no continente europeu, e a produção de açúcar nas Índias Ocidentais e Cuba forçaram os preços para baixo de novo. Finalmente pela metade do século XIX, a produção de café no sul do Brasil substituiu a produção de açúcar como o produto líder da exportação do

(23) O investimento médio para cada engenho de açúcar foi estimado em 15 000. Veja C. Furtado, *op. cit.*, cap. 8.

(24) Para maiores informações nas flutuações de preços dos produtos agrícolas de exportação, consultar Eulalia M. Lahmeyer Lobo, "Conflict and Continuity in Brazilian History" em *Conflict Continuity in Brazilian Society*, ed Henry H. Keith & S. F. Edwards, (Columbia: University of South Carolina Press, 1969).

País, mas não como o produto dominante na região Nordeste.

Ao longo do período correspondente ao Brasil Império (1822-1889) o centro do poder econômico e político permaneceu no Nordeste. Mas após a metade do século XIX a hegemonia começou a deslocar-se para a região Sul, onde uma nova aristocracia rural começava a surgir: os fazendeiros de café. A queda do Império e a instauração da República (1889) representam a vitória final da economia do café sobre a economia da cana-de-açúcar.

No entanto, não ocorreu nenhuma importante mudança na estrutura econômica e política do Nordeste. A economia permaneceu sendo basicamente agrícola, baseando-se em monoculturas, açúcar, fumo e cacau, tecnicamente atrasada e orientada para o mercado externo. Desde sua implantação no Nordeste, o sistema de plantio, colheita e produção de açúcar permaneceu mais ou menos constante em suas características fundamentais. A sua não flexibilidade em relação às mudanças técnicas é notável. O sistema não respondeu às novas condições do mercado, nem pela diversificação da sua produção, nem pela introdução de inovações tecnológicas nos métodos de cultivo e produção do açúcar, a despeito de uma tendência a longo prazo para a queda no preço do açúcar desde o século XVI.

O método de plantio permaneceu quase o mesmo, isto é, incorporação de novas terras (agricultura extensiva) e os métodos da "queimada" e "coivara" para a derrubada e limpa da terra, os quais, segundo Prado Jr., constituem-se "... num processo brutal copiado dos índios..." (25)

A perda de mercado e a redução nos lucros, não constituíram estímulos suficientes para a introdução de inovações na economia açucareira. A sociedade permaneceu hierarquizada e estratificada, e a renda concentrada em mãos de uns poucos.

Não formou-se um mercado interno significante que seria a base para a industrialização da região.

A estrutura agrária nordestina, segundo o censo agrícola de 1950, mostra que 48% da terra cultivável era possuída por apenas 2% da população rural. Por outro lado, em 1940, 28% de todas as propriedades rurais cadastradas tinham menos de 12,5 acres.

Em 1950 este percentual elevou-se para 35%. Os proprietários desses minifúndios constituíam-se em 76% do total dos proprietários de terra, os quais possuíam apenas 14% da terra cultivável da região. (26) São essas algumas das indicações da tendência à concentração e, ao mesmo tempo, ao fracionamento da propriedade da terra.

(25) Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, (São Paulo, Editora Brasiliense, 1957).

(26) Dados retirados do livro de J. de Castro, *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, op. et., ch. VI.

Esforços têm sido desenvolvidos pelo Governo Federal para "re-dimir" a região nordeste da sua pobreza chocante. Açudes têm sido construídos para combater as secas, créditos e assistência técnica para o setor agrícola tornaram-se disponíveis. Mas os resultados ao longo do tempo têm sido pouco animadores. Órgãos federais foram criados na e para a região: Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS 1946); o Banco do Nordeste do Brasil (BNB-1952), e, finalmente, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE-1959). Mas todas essas tentativas falharam de algum modo no que diz respeito ao objetivo de provocar mudanças importantes na estrutura agrária da região. O processo de industrialização tem-se demonstrado difícil sem a existência de um expressivo mercado interno. Os açudes não são em geral utilizados permanecendo no geral com sua capacidade ociosa. Todo período de seca, qualquer que seja sua duração, tem significado uma geral escassez de víveres e de oportunidades de trabalho, levando grande parcela da população a passar acentuados e duros períodos de privações.

No entanto, uma característica constante de todos os esforços e medidas de política econômica desses órgãos é seu desinteresse, ou mesmo não objetivo, de mudar a estrutura agrária existente. O aspecto latifundista do setor agrícola nordestino não só permaneceu inalterado, como também tem-se fortalecido no decorrer do tempo. Baseado nos fatos acima é que a ênfase no aspecto "feudal" da colonização brasileira e na necessidade de se processar uma mudança na estrutura agrária da região, defendida por J. de Castro e N. Sodré, parece mais correta do que, digamos, o enfoque defendido por Prado Jr.

Os grandes proprietários rurais permaneceram politicamente poderosos. Governos locais, prefeitos etc., todos de um modo ou outro se ligam aos interesses daquele poderoso grupo. Esse legado dos tempos coloniais, além de uma economia agrícola orientada para o setor externo, constitui-se na herança colonial do Nordeste.

D A D O S

Publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

Diretor: Cândido Mendes

Preço do exemplar:	Cr\$ 10,00
Assinatura anual:	Cr\$ 25,00
Assinatura anual (Exterior):	US\$ 10,00

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
20000 Guanabara — Brasil

Rua Paulino Fernandes, 32 — ZC-02 — Rio de Janeiro

RIVISTA ITALIANA DI SCIENZA POLITICA

Publicação do Centro Studi di Política Comparata

Diretor: Giovanni Sartori

Preço do exemplar:	L. 2.000
Assinatura anual (Exterior):	L. 6.000

Via Santo Stefano, 6 — Bologna — Itália